

Notificações de aborto legal em grávidas vítimas de estupro quadruplicam em hospital de Campinas, afirma Prefeitura

Caism, Hospital da Mulher da Unicamp em Campinas, registrou 27 casos em 2017, o maior número da série iniciada em 2009. Coordenadora de rede de cuidados às vítimas explica alta em número e faz alerta sobre violência.

(G1, 11/09/2018 - acesse no site de origem)

As notificações de aborto legal em casos de mulheres vítimas de estupro quadruplicaram no Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism) da Unicamp em 2017, em relação ao ano anterior, segundo dados contabilizados pela Prefeitura de Campinas (SP) a pedido do G1.

Ao todo foram 27, o maior número da série histórica iniciada em 2009, inseridos no Sistema de Notificações de Violência (Sisnov). A administração municipal diz não ter estimativa de abortos subnotificados.

Os registros do ano passado, segundo o levantamento, incluem 11 procedimentos realizados por mulheres de Campinas e 12 por residentes em demais cidades da Região Metropolitana (RMC). As outras quatro notificações são de pacientes das áreas do Paraná e Sul de Minas.

A médica Verônica Gomes Alencar, coordenadora da Rede Iluminar de Cuidados às Vítimas de Violência Sexual, avalia que o aumento do número notificações está ligado à alta na quantidade de mulheres que residem fora da metrópole e buscam pelo atendimento na cidade, e menciona disseminação em redes sociais sobre o serviço seguro, mantido há quase 20 anos no Caism.

“Outras localidades muitas vezes não oferecem esse tipo de atendimento. Entendemos que isso é muito importante porque a gestação decorrente do estupro é outra violência grande depois da maior violência que um ser humano pode sofrer, que é a violência sexual”, ressalta.

Além disso, ela pondera que parte das mulheres atendidas no Caism não acessou a rede de saúde antes de 72 horas para a prevenção da gravidez, após terem sofrido violência sexual, em virtude de desconhecimento.

“É feita com anticoncepção de emergência em todas as unidades básicas de saúde e nos prontos-socorros”, explica a médica sobre o recurso disponível para as vítimas.

O Código Penal, de 1940, estabelece que, além do caso de gravidez decorrente de estupro, o aborto é permitido no Brasil quando há risco à vida da gestante. Além disso, em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que grávidas de fetos sem cérebro podem optar por interromper a gestação com assistência médica. [À época, foram dois dias de debates e a votação terminou em 8 a 2.](#)

Em 2017, as delegacias de Campinas registraram média de 22 estupros por mês, de acordo com a Secretaria da Segurança Pública do estado (SSP-SP). **Veja, abaixo, detalhes sobre as estatísticas.**

Faixa etária

Os dados do Sisnov mostram que 81% das notificações de 2017 envolvem mulheres com idade entre 20 e 59 anos, enquanto as demais vítimas têm entre 10 e 19 anos. A médica da Rede Iluminar faz um alerta sobre como a violência tem sido praticada contra crianças e adolescentes atendidas.

“As crianças deveriam estar num local de total proteção, carinho, cuidado e esses estupros ocorrem na residência por pessoas do ciclo familiar que deveriam proteger e amar. [...] A faixa de 12 a 19 anos também tem a questão ligada a residência, mas principalmente a pessoas próximas, namorados, ex-namorados e amigos”, lembra a coordenadora.

Sobre as mulheres com idade superior a 18 anos, ela pondera que os dados refletem a insegurança nas cidades.

A vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Campinas, Luciana Gonçalves de Freitas, avalia que as denúncias são imprescindíveis para combate ao crime.

“A mobilização já melhorou, mas precisa continuar para que as pessoas reportem em qualquer circunstância”.

Números da violência

No ano passado, os distritos policiais de Campinas foram comunicados sobre 262 casos de estupro, entre eles, 165 praticados contra vulnerável (62,9%), segundo a SSP-SP. O número total de ocorrências é 5% inferior aos 276 crimes contabilizados em 2016. Naquele ano, os dados sobre estupro de vulnerável passaram a ser divulgados pela pasta somente a partir de setembro.

De janeiro a julho de 2018 foram registrados 180 crimes, entre eles, 57,7% contra vulnerável.

Luciana ressalta que, além do aprimoramento de políticas públicas para conscientização, mudanças no Código Penal poderiam ser positivas na tentativa de coibir os crimes.

“Talvez, infelizmente diante destes acontecimentos, a majoração da pena seja necessária, ou das agravantes e circunstâncias que possam ser analisadas, caso a caso, e venham a aumentar a punição”, falou a vice-presidente.

Em agosto, o Senado aprovou um projeto que torna crimes a importunação sexual e a divulgação de cena de estupro. [Além disso, o texto eleva a pena para o crime de estupro em até dois terços quando o for cometido por duas ou mais pessoas \(estupro coletivo\).](#)

O que será feito?

“A SSP tem adotado medidas para coibir crimes contra a dignidade sexual. No primeiro semestre de 2018 foram presas 925 pessoas, sendo 374 por estupro e 551 por estupro vulnerável no Estado. São Paulo conta com 133 DDMs, duas localizadas no município de Campinas”, diz a secretária.

Além disso, a pasta defende que vem aperfeiçoando os atendimentos e acolhimentos oferecidos para as vítimas e faz campanhas de conscientização para que as vítimas denunciem os casos.

“Em junho, por exemplo, 14% das ocorrências registradas dizem respeito a fatos ocorridos antes de 2018, e 20% a fatos ocorridos nos meses de janeiro a maio de 2018”, informa texto.

Ainda de acordo com a assessoria do governo, os policiais do estado de São Paulo contam, desde 2015, com um banco de perfis genéticos, que até maio tinha 2,5 mil perfis inseridos no sistema.

Fernando Pacífico

Unicamp começa a implementar ações contra assédio e violência sexual

Ingressantes já receberam cartilhas que tratam do tema e de como agir caso sejam vítimas

(Folha de S.Paulo, 24/06/2018 - acesse no site de origem)

Praticamente inexistentes na paisagem universitária brasileira, ações voltadas para prevenir e combater o assédio e a violência sexual começam a ser implementadas dentro da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), no interior de São Paulo.

Neste mês, o grupo de trabalho criado para elaborar uma política interna sobre o tema apresentou seu relatório ao Conselho Universitário, principal instância decisória da Unicamp, com uma proposta de como a instituição pode fazer frente a esse grave problema.

“O [assédio e a violência sexual](#), infelizmente, são uma realidade na nossa sociedade, e a universidade, embora frequentemente queira ser um oásis, é parte da sociedade. Todos os problemas que afligem a sociedade acontecem aqui. E nós precisamos encarar essas questões de frente, não podemos escondê-las”, disse à Folha o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel.

A iniciativa, segundo Knobel, integra uma série de políticas para a promoção da cidadania que sua gestão —iniciada em abril do ano passado— tem buscado implantar na instituição. Inserem-se entre essas medidas a aprovação das cotas étnico-raciais, ações para a inclusão de pessoas com deficiência e a criação de uma cátedra de refugiados, voltada à produção de conhecimento sobre o tema.

A política proposta pelo grupo de trabalho é composta de três eixos: posicionamento claro da universidade quanto à não tolerância de práticas que envolvam assédio e violência sexual, definição de um protocolo para o acolhimento e o encaminhamento de queixas relacionadas a essas práticas e desenvolvimento de programas de conscientização, educação e treinamento para toda a comunidade universitária.

Tudo isso seria reunido numa Secretaria de Atenção à Violência Sexual, que teria mandato para receber e encaminhar relatos e denúncias de assédio, além de oferecer ajuda a quem tenha passado por isso e apoio a iniciativas de conscientização e educação.

Trata-se, em sua abrangência e compromisso, de iniciativa inédita no país.

Uma das preocupações dos proponentes foi envolver toda a comunidade universitária nesse processo, a fim de dar pluralidade e maior legitimidade à proposta. O grupo de trabalho foi integrado por pessoas de todas as áreas da Unicamp e de todos os níveis, de alunos a professores, passando por pessoas ligadas à reitoria e aos serviços já existentes de atendimento à mulher.

Apresentado o relatório, iniciou-se a fase de debates com as unidades e os coletivos da universidade, que deve durar até o fim de julho.

“A gente buscou evitar vir com uma política pronta, de cima para baixo, à qual todos devam se adequar. Estamos tentando promover o máximo de discussão dentro da comunidade, por meio da qual as pessoas possam exprimir sua experiência, suas visões sobre o assunto, suas dúvidas e, assim, construir um acordo em torno do tema”, explica Ana Maria Fonseca, coordenadora do grupo de trabalho.

Alguns elementos da nova política já entraram em vigor, como as campanhas de conscientização. Todos os ingressantes deste ano na Unicamp, por exemplo, receberam cartilhas explicando o que é a violência sexual e o que eles podem fazer caso passem por isso.

Outro, como o protocolo de boas práticas, deverá ser implantado no segundo semestre, após o término dos debates e a redação final do documento.

Já a criação da Secretaria de Atenção à Violência Sexual, por envolver alocação de recursos, precisa ser aprovada pelo Conselho Universitário, em reunião que deve ocorrer no início de agosto.

Para elaborar a sua proposta, o grupo de trabalho procurou conhecer as iniciativas implementadas por universidades de outros países.

“Algo fundamental que observamos na experiência internacional é o cuidado com o acolhimento da vítima, feito num espaço especialmente dedicado a isso e com funcionários preparados para responder competentemente àquela queixa”, diz Fonseca.

Esse tipo de situação, por suas particularidades e implicações, requer um tipo de atenção própria.

“Na ouvidoria, é comum que uma pessoa que sofreu violência sexual marque um horário, daí logo depois ela cancela, marca outro, cancela novamente, até que finalmente consegue ir. Quando chega, ela está fragilizada. Muitas vezes, ela não quer notificar, depois muda de ideia”, afirma a ouvidora da Unicamp, Maria Augusta Ramalho.

No cargo há pouco mais de um ano, Ramalho conta que ficou surpresa com a quantidade de casos. “Não é uma avalanche, mas é algo que sempre se faz presente”, diz. Segundo a ouvidora, desde que o assunto entrou na pauta de discussão da universidade, as pessoas têm vindo procurar o órgão na esperança de obterem algum retorno.

“Esse sentimento é importante”, diz a psiquiatra Tânia Freire de Mello, também integrante do grupo de trabalho, “pois quando há a sensação de que a questão não vai ser resolvida institucionalmente, ela pode terminar descambando para a incivilidade, para o linchamento nas

redes sociais. Isso é algo que nos preocupa muito, porque enquanto alguns episódios são claros e evidentes, outros não são e acabam ficando no território do mal-entendido”.

Além de tentar combater o assédio e a violência sexual dentro da universidade, a política proposta pela Unicamp busca também exercer uma influência que ultrapassa o ambiente acadêmico.

“Temos uma preocupação grande com a formação da nossa comunidade, com a educação dos alunos. A nossa ideia é que a Unicamp seja responsável pelos profissionais que ela está colocando no mercado. Assim, queremos que, após passar pela Unicamp, a pessoa, onde quer que vá trabalhar, já chegue com a cabeça alerta para essa questão”, diz Ana Maria Fonseca.

Fernando Tadeu Moraes

Morre Ana Maria Fonseca, pesquisadora da Unicamp e idealizadora do Bolsa Família

Faleceu na manhã deste domingo, dia 25, Ana Maria Medeiros da Fonseca, 68 anos, coordenadora associada do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Unicamp. Ana foi secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Social (fevereiro/novembro 2004) e Analista de Políticas Sociais da Oficina do PNUD para a América Latina e o Caribe (2005-2006). A pesquisadora foi velada nesta segunda-feira (26), das 7 às 9h45 no Cemitério dos Amarais (Rua Sylvia da Silva Braga, 3212, Campo dos Amarais) em Campinas. Em seguida seu corpo foi para o Crematório Municipal da cidade.

[\(Unicamp, 25/03/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Trajetória acadêmica

Ana Fonseca concluiu a graduação em História na Unicamp em 1981 e, em seguida, cursou o mestrado em História Social e do Trabalho, também na Unicamp, concluído em 1991. O doutorado foi em História Social, na área de família e relações de gênero, na Universidade de São Paulo finalizado em 2000. Era pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Unicamp, desde 1987.

A dedicação ao estudo dos programas de distribuição de renda levou Ana Fonseca, no início da década de 1990, e na qualidade de pesquisadora do NEPP, ser convidada para acompanhar e assessorar o programa chamado ‘Renda Mínima’ implantando na cidade de Campinas, durante a gestão do então prefeito José Roberto Magalhães Teixeira. “Precisamos deixar claro que foi no governo do Magalhães Teixeira que nasceu o primeiro programa de distribuição de renda mínima no país”, disse Ana Fonseca num vídeo documentário sobre sua carreira profissional gravado pelo NEPP. Nesse depoimento Ana Fonseca destacou ainda a importância que esse

programa criado em Campinas teve para a implantação do Bolsa Família mais de uma década depois.

No início da década de 2000 Ana Fonseca foi convidada para coordenar o Programa de Garantia de Renda Mínima do município de São Paulo, durante a gestão da prefeita Marta Suplicy. Nessa época existiam vários programas de distribuição de renda como Renda Mínima, Bolsa Escola, Bolsa Luz, Bolsa Gás e vários outros implantados pelos executivos dos três poderes. Foi na prefeitura de São Paulo que Ana Fonseca iniciou o lento caminho de estudos visando à unificação dos vários programas de distribuição de renda, em um único cartão digital.

Foi a partir dessa experiência, na prefeitura de São Paulo, que fez com que Ana Fonseca fosse convidada para coordenar o Programa Bolsa Família durante a gestão do primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva de outubro 2003 a janeiro de 2004. Ela exerceu ainda o cargo de Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social de fevereiro a novembro 2004.

Leia mais: [*Morre idealizadora do Bolsa Família \(O Estado de S. Paulo, 26/03/2018\)*](#)

Uma carreira de destaque

Todos seus colegas de trabalho são unânimes em afirmar da importância do trabalho acadêmico e das aplicações práticas do conhecimento construído por Ana Fonseca, durante os anos de atividade na academia e em instituições governamentais.

O atual coordenador do Núcleo de Políticas Públicas, professor Carlos Etulain, que conviveu com Ana Fonseca durante várias décadas e acompanhou de perto sua trajetória profissional destacou que “os estudos sobre transferência de renda desenvolvidos por Ana Fonseca são referência nacional e internacional”. Para Etulain, “Ana enfrentou cada desafio com capacidade impar e grande entusiasmo e soube combinar alegria, integridade política, intelectual e sensibilidade social”.

Etulain destacou que das melhores lembranças do convívio com Ana “ficam seus ensinamentos e a felicidade compartilhada nas valiosas horas de trabalho que Ana dedicou a instituição e aos amigos e amigas”.

A médica e pesquisadora Carmem Lavras, ex-coordenadora do Núcleo de Políticas Públicas da Unicamp, destacou que a trajetória profissional de Ana Fonseca “foi marcada por importantes contribuições no campo das políticas sociais e, em particular, por aquelas focadas no enfrentamento da pobreza, geração de renda”. Lavras lembrou ainda que Ana Fonseca “atuou no campo da avaliação de políticas públicas, tendo participado do grupo inicial de pesquisadores do NEPP e muito contribuiu com a consolidação desse campo de estudos no país, na década de 1990. Foi estudiosa, foi gestora, foi uma militante política que nunca se afastou de suas causas e, que sempre foi aberta ao diálogo e a escuta de outras opiniões, coisa rara nos dias atuais”.

Ao finalizar seu depoimento Carmem Lavras destacou que “Ana foi uma mulher guerreira, sem nunca ter se afastado do campo de batalha em defesa de um país mais justo e solidário. Foi uma pessoa alegre e descontraída e que deixará muitas saudades para nós amigas e amigos de trabalho e de vida”.

O professor Geraldo di Giovanni, ex-diretor do Instituto de Economia e ex-coordenador do

Núcleo de Políticas Públicas da Unicamp, lembra a carreira profissional de Ana Fonseca. “No final da segunda metade dos anos 1980, no NEPP, Ana foi a primeira pessoa a estudar em profundidade o Programa de Renda Mínima da Prefeitura Municipal de Campinas, que se iniciara. Ao mesmo tempo passou a conhecer outras experiências do exterior que estudou com grande afinco”.

Giovanni destacou ainda que para ele, Ana “traçou uma trajetória intelectual pioneira no Brasil. Portadora de conhecimento teórico e dominando os detalhes, as características, os problemas, as possibilidades do programa campineiro e estava pronta para voar mais longe”. Lembrou ainda do convite feito a Ana pela Prefeitura Municipal de São Paulo, durante a gestão de Marta Suplicy. “Ana ajudou a implantar o programa de transferência de rendimentos que atendeu centenas de milhares de famílias”, salientou Giovanni. O ex-coordenador do NEPP lembrou ainda que mais tarde, Ana Fonseca foi chamada pelo Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva para trabalhar no Programa Bolsa Família que, naquela época, dava os primeiros passos. “A atuação de Ana”, diz Giovanni, “foi decisiva para a consolidação bem sucedida deste magnífico, importante e exemplar programa assistencial”. E finalizou destacando que “Ana Fonseca soube, como ninguém, com seus saberes e sua habilidade política, estabelecer a ponte entre a Unicamp e a sociedade brasileira, fazendo com que os conhecimentos produzidos no interior do NEPP pudessem beneficiar cerca de 15 milhões de famílias. A Unicamp e o Brasil devem muito a esta mulher excepcional”.

Currículo dedicado à pesquisa e às políticas públicas

Ana Fonseca foi também analista de Políticas Sociais da Oficina do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a América Latina e o Caribe durante os anos de 2005 a 2006 e analista de Políticas Sociais da Oficina Regional do Programa das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em 2007.

O currículo de Ana Fonseca aponta a dedicação de toda uma vida ao estudo dos programas de renda mínima. Logo após deixar o cargo de Secretária do Ministério do Desenvolvimento Social ela se reapresentou ao seu local de trabalho que mais gostava, o NEPP. Ana sempre estava pronta para compartilhar seus saberes e sua alegria contagiante juntos aos seus colegas.

Mantinha um ritmo de trabalho intenso tanto de publicações, como viagem ao redor do mundo para discutir o tema que mais lhe agradava: distribuição de renda. Sua capacidade de diálogo era imensa e sabia ouvir e dialogar.

Até o início do ano passado manteve intensa agenda de trabalho e de assessoria junto a vários países que adotaram programas de renda mínima tanto na América Latina, como na África. Seu grande prazer era falar da importância que os programas de renda mínima têm para transformar os países mais igualitários.

Ana Fonseca deixa de legado de uma vida dedicada ao estudo da pobreza e da distribuição de renda uma longa lista de trabalhos e livros publicados ao longo da sua vida.

Os textos científicos de Ana Fonseca se constituem em uma poesia de reflexão sobre as diferenças humanas em um mundo que está sempre em transformação.

Pesquisadora identifica 3 tipos de feminicídio: doméstico, sexual e provocado por aborto

Um levantamento de dados feito pela demógrafa Jackeline Aparecida Ferreira Romio, em pesquisa na Unicamp, identificou três tipos de feminicídio, ou seja, três tipos de mortes de mulheres por questão de gênero: feminicídio doméstico (no espaço da residência); reprodutivo (mortes de mulheres por aborto); e sexual (quando a morte decorre da violência sexual).

(Carta Campinas, 27/10/2017 - acesse no site de origem)

Com a classificação, a pesquisa reconhece a criminalização do aborto e a falta e assistência médica à mulher como uma forma de feminicídio.

A pesquisadora utilizou dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, entre 2009 e 2014. Nesse período, metade das mulheres mortas por agressões no Brasil foi assassinada dentro da própria casa.

A pesquisa também descobriu que o maior número de feminicídios domésticos foi encontrado na faixa de 15 a 49 anos, idade reprodutiva e sexualmente mais ativa. De 2009 a 2014 foram mortas 5.598 mulheres nesta faixa etária, do total de 7.707 feminicídios, o que representa mais de 70% de todos os feminicídios domésticos registrados no período estudado.

A pesquisa, que foi divulgada pelo [JU da Unicamp](#), tabulou os dados das Fichas de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências do SINAN e informações de mais duas bases da saúde: as Declarações de Óbito do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), e as Atas de Internações Hospitalares, do Sistema de Informações Hospitalares (SIH). Todas as bases são geridas pelo Ministério da Saúde.

Secretário Especial da Seppir repudia declaração racista de Professor da Unicamp

O Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), Juvenal Araújo, vem a público manifestar seu mais veemente repúdio às declarações preconceituosas feitas pelo professor Paulo Palma, da Faculdade de

Ciências Médicas (FCM) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em sua crítica ao sistema de cotas que será adotado pela universidade, em uma de suas frases o Professor diz que cotas é “trocar cérebro por nádegas”.

[\(SEPPIR, 05/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A evocação do mérito, na forma como fez Paulo Palma, deixa claro seu pensamento retrógrado e sua profunda desinformação sobre o desempenho acadêmico dos bolsistas em todas as universidades brasileiras. Palma vai além, e subverte aquilo que de mais virtuoso existe no saber: o seu revolucionário poder de libertação. “O conhecimento deve auxiliar a humanidade a desatar os nós da sua ignorância, e ajudar a construir uma sociedade com igualdade de oportunidades para todos. O conhecimento como valor e finalidade em si mesmo, historicamente, levaram aos piores genocídios de que a passagem humana na terra foi capaz de produzir”, lembrou Juvenal Araújo.

O secretário da Seppir anuncia que adotará uma série de medidas, dentre elas, acionará a Advocacia-Geral da União para a adoção de todas as medidas cabíveis contra o referido cidadão. “Querer confundir liberdade de expressão com permissão para ofender e difamar o seguimento majoritário da população brasileira é subestimar a nossa inteligência”, destacou Araújo.

O Secretário afirma também que a Seppir vem atuando junto aos órgãos e instituições com oficinas para a capacitação e formação das comissões de verificação quanto a veracidade das declarações informadas pelos candidatos cotistas. Afirma que a iniciativa de implementação da reserva de vagas deve vir acompanhada de medidas de controle. Mencionou que se reunirá com o reitor para ofertar essa parceria e garantir a efetividade das cotas, para que a população negra seja realmente beneficiada com as ações afirmativas.

A pronta resposta da Unicamp e da FCM demarcam com clareza a posição de tão conceituada instituição, colocando a criminoso afirmação no campo da ação individual desse servidor.

Ainda assim, espera-se da universidade firme atuação sobre o seu docente, para que este se retrate publicamente através de um pedido de desculpas a toda comunidade negra e parda brasileira, auto declarada, conforme atesta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em que 53% da população brasileira é composta por negros.

Unicamp adotou cotas. Qual a abrangência da medida no ensino superior brasileiro

Universidade aderiu a cotas raciais e sociais, tornando a USP a única estadual paulista a não reservar vagas fixas para cotistas

[\(Nexo, 01/06/2017 - leia na íntegra\)](#)

A Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) aprovou na última terça (30) a adoção do

sistema de cotas étnico-raciais e sociais para os cursos de graduação da universidade, a partir de 2019. A proposta da Reitoria foi aprovada pelo Consu (Conselho Universitário), órgão decisório máximo da instituição.

Unicamp aprova cotas raciais para os cursos de graduação a partir do vestibular 2019

Pauta começou a ser negociada na greve de estudantes que aconteceu entre maio e agosto de 2016

O Conselho Universitário (Consu) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) aprovou, por unanimidade, o princípio de cotas raciais nos cursos de graduação no fim da tarde desta terça (30). Isso significa que a instituição reconhece a necessidade de alteração da política de ingresso nos cursos de graduação para inclusão de cotas para pretos, pardos e indígenas, e que criará um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar uma proposta que inclui a implementação progressiva de cotas raciais e o vestibular indígena, a ser colocada em prática a partir de 2018 (para ingresso em 2019).

[\(Brasil de Fato, 30/05/2017 - Acesse no site de origem\)](#)

Segundo o coordenador do Diretório Central de Estudantes (DCE), Guilherme Montenegro, uma proposta de implantação da política de cotas raciais deverá ser apresentada até 21 de novembro. “Essa aprovação não é o fim da discussão sobre cotas, mas o começo de tudo, de como combater o racismo institucional na universidade”, comemora Montenegro.

Conforme o documento, esse GT deverá ser composto por treze membros: dois da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (Comvest); dois do GT que realizou Audiências Públicas sobre cotas em 2016; três do Consu; dois professores da graduação; dois membros do movimento negro estudantil (Frente Pró-Cotas e Núcleo de Consciência Negra); um servidor técnico-administrativo e um estudante.

O cronograma prevê que a proposta de implementação gradativa de cotas étnico-raciais será submetida à discussão nas unidades de ensino, que poderão sugerir alterações antes da votação final no Consu.

A criação do GT para discussão das cotas na universidade e realização de audiências públicas sobre o tema foi o principal item da pauta negociada com a Reitoria para o fim da greve dos estudantes, ocorrida entre maio e agosto de 2016 –e considerada pelo movimento estudantil como a maior da história da universidade.

Entre as três universidades estaduais –Unicamp, Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista (Unesp)–, somente a última possui um sistema de cotas raciais

na graduação, iniciado no vestibular de 2014.

Saiba mais: [Unicamp adotou cotas. Qual a abrangência da medida no ensino superior brasileiro \(Nexo, 01/06/2017\)](#)

Desde 2004, a Unicamp tem o Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social (PAAIS), um sistema de bonificação para alunos de escolas públicas e pretos, pardos e indígenas (PPIs), parecido com o Inlusp-USP; e também o Programa de Formação Interdisciplinar Superior (Profis), criado em 2011, que oferece uma vaga para cada escola pública de Campinas ao aluno que obtiver a melhor classificação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Debate começou em 2016

A adoção das cotas étnico-raciais na graduação da Unicamp foi proposta, inicialmente, pelo GT, que realizou as três audiências públicas sobre o tema em 2016, com ampla representação de movimentos sociais e contribuições de pesquisadores, mas baixíssima participação dos membros do Consu (de 65, apenas treze foram a pelo menos uma AP). Delas, saiu a proposta aprovada hoje, que leva em conta que a maioria dos participantes do PAAIS não é de família de baixa renda.

De acordo com análise do professor João Feres Júnior, 30% dos alunos beneficiados pelo PAAIS em 2016 possuíam renda familiar entre cinco e dez salários mínimos; 10,56%, entre dez e 20 salários; e 1,49% acima de vinte salários mínimos. A ineficácia do programa para inclusão socioeconômica e racial na Unicamp foi a principal crítica do GT e argumento para que ele fosse substituído pela política de cotas.

“No último vestibular, em que se viu o auge do PAAIS, a inclusão de negros foi de menos de 23%, enquanto a porcentagem de negros no estado de SP é de 37,2%. É necessário adotar cotas para democratizar a universidade”, avalia Teófilo Reis, doutorando em Sociologia e integrante do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp (NCN) que participou do GT.

Conforme divulgado pela Reitoria, 52% dos aprovados no vestibular 2017 são provenientes da rede pública (PAAIS), dos quais 32,9% PPIs, mas entre todos os aprovados (PAAIS e ampla concorrência) o percentual de PPIs cai para 22,7%.

“Há problemas sim, dificuldades, mas que irão aparecer em outros modelos também. Por isso que gosto muito da ideia de ter modelos diversificados. Essa questão da renda vai aparecer também em uma política de cotas porque privilegia quem teve oportunidade de fazer um cursinho, de estudar em uma escola melhor. É inevitável. O PAAIS tem dificuldades saneáveis. É pioneiro e tem cumprido seu papel”, considera o reitor, Marcelo Knobel.

Combate ao racismo

A Deliberação Consu prevê, ainda, a atuação da Reitoria para promover a qualidade do ensino, diminuir os índices de reprovação e evasão na graduação (evasão foi de 6,82% em 2015, conforme Anuário Estatístico da Unicamp); e a criação de uma Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, destinada à formulação, implementação e gestão das políticas de ação afirmativa e combate a qualquer forma de preconceito na universidade. Mais investimentos em ações de permanência e a criação dessa Secretaria atendem à reivindicação do movimento negro e estudantil da Unicamp e também constam da negociação com a Reitoria (administração anterior) para o fim da greve de 2016.

Em 2016, pichações com conteúdo racista surgiram em paredes do Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas (IFCH) logo após o ingresso dos primeiros cotistas em cursos de pós-graduação do Instituto. As cotas étnico-raciais para ingresso no mestrado e doutorado também foram adotadas na Faculdade de Educação da Unicamp no processo seletivo de 2016, e está em discussão em outros Institutos – no caso da pós-graduação, essa decisão é independente do Consu.

As pichações racistas se repetiram no IFCH até o início desse ano e não se tem notícia de investigação dessas ações pela universidade. “Não tenho conhecimento [se foram investigadas] porque não foram na minha gestão, mas certamente precisam ser investigadas”, disse Knobel.

Já quanto ao dossiê com denúncias de racismo contra alunos, encaminhado pelo DCE na gestão anterior da Reitoria e reencaminhado na atual, o atual reitor disse que, até pouco tempo, não tinha conhecimento. “Pedi que nos entregassem outra cópia. Procuramos aqui e não achamos. Não havia nenhum registro da administração anterior. Encaminhei pra Procuradoria Geral, que está avaliando quais medidas podemos tomar”, explicou.

Perseguições

Por outro lado, o DCE e outros coletivos denunciam que alunos que participaram da greve estudantil de 2016 estão sendo perseguidos politicamente por meio de investigações e punições infundadas. Também apontam a possibilidade de racismo nesses processos, já que a maioria dos investigados são negros.

Um exemplo é o próprio coordenador do DCE, Montenegro, penalizado com suspensão por dois semestres, além de perda ao direito à moradia estudantil e atraso curricular.

“Caracteriza perseguição política porque trata de um movimento coletivo que aconteceu aqui na Unicamp, e a Reitoria tratou de individualizar os processos. Eles focaram em alguns participantes do movimento, principalmente integrantes do DCE e de Centros Acadêmicos, com esse caráter racista”, diz Montenegro. “A partir dessa lógica da meritocracia, a Unicamp aceita que poucos negros consigam passar pela dura barreira do vestibular, e os pune quando eles lutam por outro projeto de universidade”, acrescenta .

O estudante Teófilo Reis confirma a tese de que a perseguição está sendo racista:

“A quantidade de estudantes negros que são alvo dos processos referentes à greve está muito acima da proporção de negros no corpo discente da Unicamp. Nota-se que as investigações estão sendo focadas preferencialmente em estudantes negros, com as mais esdrúxulas acusações. Isso se configura como racismo institucional”.

Knobel discorda da avaliação dos estudantes. “Como reitor, posso negar veementemente qualquer forma de racismo institucional. Toda forma de preconceito tem que ser combatida. Sobre sindicâncias e eventuais punições, tem um Regimento, e ele deve ser cumprido. Quando alguém discorda do resultado, tem direito de entrar com recurso”, responde.

O reitor acredita que a criação da Secretaria, prevista na proposta aprovada no Consu, pode contribuir em casos como estes, mas enfatiza que já existem canais para esse tipo de reclamação, como a Ouvidoria.

Michele da Costa

Foto: Gabriela Beduschi Zanfelice

Em meio ao caos político, avança no Senado proposta que veta aborto legal

Historicamente, parlamentares costumam aproveitar momentos de conturbação e incertezas políticas para realizar votações polêmicas que significam retrocessos em relação a direitos. É o que parece estar se desenhando no caso da PEC 29/2015 (Proposta de Emenda Constitucional).

[\(Folha de S.Paulo, 30/05/2017 – Acesse o site de origem\)](#)

A proposta altera a Constituição Federal e reconhece o direito à vida desde o encontro entre o espermatozoide e o óvulo (fecundação), antes mesmo da implantação do embrião no útero (nidação).

A tramitação da PEC 29 ficou parada na CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) do Senado durante um ano e quatro meses, aguardando a designação de um relator.

Em 6 de abril deste ano, o presidente da CCJ, Edson Lobão (PMDB/MA), designou o relator, senador Eduardo Amorim (PSDB/SE) que, em 50 dias, apresentou seu parecer, favorável à aprovação da PEC. Caso seja aprovada pelo plenário do Senado, a proposta seguirá para a Câmara dos Deputados.

Qual o risco? De qualquer interrupção voluntária da gravidez passar a ser considerada crime, mesmo naquelas situações em que o aborto hoje é permitido: quando a gravidez traz risco à vida da gestante; quando ela acontece em consequência de um estupro; ou nos casos de fetos com anencefalia.

Sempre achei essa proposta descabida pela simples razão de que, a despeito de fantasias filosóficas, há uma enorme distância entre um amontado de células humanas fecundadas e um ser humano.



Encontro de óvulo e espermatozoide durante FIV (fertilização in vitro)

Se todo embrião já fosse uma vida de fato, a taxa de sucesso dos tratamentos de infertilidade seria de 100%. A realidade é bem diferente. Os estudos bem desenhados apontam que o índice médio de sucesso das FIVs (fertilizações in vitro) não passa dos 50%. É muito frequente os casais produzirem embriões, que, transferidos para o útero, não “grudam”, não há implantação. Outros tantos comemoram o teste positivo de gravidez, mas a gestação não segue adiante.

Por isso, para mim e para muitos cientistas sérios, um embrião é um conjunto de células com potencialidade de desenvolver um ser humano. Conheço vários casos que exemplificam bem isso. Um deles é de uma amiga que sofreu um hiperestímulo ovariano em uma FIV e produziu 24 embriões avaliados como “ótimos/excelentes”.

Eles foram congelados para serem transferidos ao útero, em grupos de quatro, evitando, assim, uma gravidez múltipla. Durante um ano, ela fez seis transferências. Em nenhuma delas engravidou. Pergunta aos nobres senadores: cadê a vida, o ser humano, nesses embriões?

Se essa lei for aprovada, o que vai acontecer com os milhares de embriões congelados nas clínicas de reprodução? Serão consideradas personalidades jurídicas com direito a reclamar proteção ao Estado?

Além de representar um retrocesso imenso nas conquistas até aqui alcançadas, no tocante às circunstâncias em que o aborto é permitido, o projeto não será capaz de atingir seu principal propósito: evitar as interrupções voluntárias de gravidez.

No artigo “Evidence supporting broader access to safe legal abortion”, o ginecologista Anibal

Faúndes, da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), diz que leis proibitivas só contribuem para aumentar as complicações e eventuais mortes de mulheres. E que o número de abortos só será reduzido por meio de educação e acesso a métodos efetivos de contracepção.

Há ótimas referências bibliográficas sobre esse assunto, e os nossos representantes no Senado deveriam recorrer a elas em vez de se guiarem por crenças religiosas e convicções morais. Ainda dá tempo.

O portal E-Cidadania abriu espaço para que a população se posicione em relação à PEC 29. Acesse [aqui](#) a publicação.

Unicamp inclui obras escritas por mulheres na lista de leituras obrigatórias

Nesta semana, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) divulgou a lista de livros de literatura que fazem parte da leitura obrigatória para o vestibular de 2019, que será realizado no ano que vem. A relação conta com três novidades, sendo, duas delas, obras de autoria feminina: o livro de poesia “A teus pés” de Ana Cristina Cesar, e o diário de Carolina Maria de Jesus “Quarto de Despejo”.

[\(iG/Último Segundo, 20/04/2017 - acesse no original\)](#)

Como de praxe, a Unicamp pede para que os vestibulandos leiam 12 obras que serão questionadas na prova, e, até este ano, apenas uma autora mulher fazia parte deste quadro, sendo Clarice Lispector, com o conto “Amor”, do livro Laços de Família.

A ampliação no número de escritoras foi vista como um avanço e um ganho para os alunos e alunas que farão o exame. “A inclusão da Ana Cristina Cesar e Maria Carolina de Jesus é fantástica. Acho isso de uma representatividade política enorme”, declara a coordenadora de Linguagens e educadora de Literatura no Curso Mafalda Renata Cristina Pereira.

No caso de Maria Carolina de Jesus, que é mulher, negra, periférica e autora, Renata fala da necessidade desse perfil ser estudado em um dos vestibulares mais importantes do país. “Ela escreve sobre sua vida, sobre o lugar em que vive. O livro versa sobre essa realidade que é a realidade de muitos dos estudantes brasileiros e não podemos ignorar isso”, lembra a educadora.

Quanto à menção de Ana Cristina Cesar na relação da universidade, Renata elogia a iniciativa. “Ter a poesia presente, poesia contemporânea, que durante muito tempo foi marginalizada, ocupando espaço entre os jovens e estudantes só aumenta o repertório deles.”

Para Juliana Gomes que é coordenadora nacional do grupo Leia Mulheres, um clube de leitura que incentiva o contato com obras feitas por mulheres, vê a atitude da instituição como o início de um caminho longo a ser percorrido até a igualdade entre autores homens e mulheres.

“Ainda persiste a ideia de que a produção das mulheres é algo menor, que gira em torno de temas familiares e domésticos. Se as autoras não são lidas por causa dessa ideia, ou seus livros são encarados a partir da perspectiva de que literatura feita por mulher só de vez em quando lida com temas universais, ou as escritoras e acadêmicas são ignoradas ou esquecidas”, analisa Juliana.

Inclusão dos nomes femininos é reflexo da sociedade atual

Outro ponto que não pode ser deixado de lado é que os assuntos trazidos por essas autoras, seja por meio de suas obras ou análise de suas vidas, estão ganhando cada vez mais espaço em discussões sociais, que antes eram abafados ou negligenciados.

Para Renata, o fato dos nomes estarem na lista calha com o período histórico que está sendo presenciado hoje. “Questões que colocam em pauta as minorias, a sexualidade – tendo em vista a bissexualidade de Ana Cristina Cesar -, o movimento negro, o movimento feminista... esses temas tem tudo a ver o momento que estamos vivendo.”

No entanto, a falta de representatividade feminina nas literaturas estudadas nas instituições e exigidas em vestibulares não condiz com a realidade. “Mulheres escrevem também de maneira universal e precisam ser lidas nas escolas e vestibulares”, defende a coordenadora do Leia Mulheres.

Durante muito tempo, mulheres e suas descobertas e criações foram apagadas da história e as consequências desse longo período ainda são refletidas no corpo social. “Na literatura isso não é diferente. O mercado editorial ainda vende muito mais livros escritos por homens e histórias de homens, que falam sobre homens, por exemplo”, complementa Renata.

Anteriormente, alguns nomes consagrados como o de Cecília Meireles, Clarice Lispector ou Rachel de Queiroz já haviam sido, ou são, parte do catálogo de obras estudadas no período escolar, mas mesmo com tantas outras autoras que poderiam facilmente receber o mesmo prestígio, a presença feminina se manteve limitada até então.

Com a repetição das mesmas escritoras, e sem inclusão de novas personalidades, o estudante acaba perdendo repertório, e oportunidade de conhecer diferentes maneiras de escrita, conforme explica a coordenadora de Linguagens do Curso Mafalda. “Estudar Cecília Meireles não quer dizer que não é válido. Mas a poesia dela é totalmente diferente da Ana Cristina Cesar, que ocupa um lugar da marginalidade, pouco explorado até o momento.”

Segundo a educadora, o contato com assuntos diversos na literatura é bastante poderoso, e pode, inclusive, influenciar a maneira como as pessoas agem perante a sociedade. “Eu acredito que a literatura tem papel fundamental no que diz respeito à espírito de alteridade, ou seja, na sua capacidade de se colocar no lugar do outro. Sinto que a literatura exerce esse papel na vida do sujeito que realiza leituras.”

Por Marina Teodoro

Unicamp atinge 50% de alunos oriundos de escola pública; debate racial permanece

Estudantes oriundos de escolas públicas representam, pela primeira vez, metade dos matriculados na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No vestibular de 2017, o percentual chegou a 50,3% dos aprovados, de um total de 3.248 ingressantes. A instituição adota um sistema de bonificação para alunos da rede pública por meio do Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social (Paais). A reitoria comemora ter atingido a meta de inclusão prevista para esse ano, mas grupos da universidade defensores do sistema de cotas destacam que a medida ainda não é suficiente.

(Agência Brasil, 08/04/2017 - [acesse no site de origem](#))

O coordenador-executivo da Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest), Edmundo Capelas de Oliveira, aponta que a mudança no Paais com a inclusão do bônus de pontuação desde a primeira fase (antes era computado apenas na segunda) contribuiu para o resultado. “Uma das vantagens do programa é que ele permite ajustes, sempre que necessário”, disse. Segundo o coordenador, a comissão produz simulações e estudos para subsidiar as discussões no Conselho Universitário, órgão máximo da Unicamp responsável por definir as políticas de acesso.

Para o professor Mário Medeiros, do Departamento de Sociologia, o resultado representa um avanço, pois cumpre um aspecto da função social da universidade pública, “mas não contempla plenamente no que diz respeito à entrada de estudantes pretos, pardos e indígenas”. Ele destaca ainda que é preciso entender de quais escolas os alunos são oriundos. “Há uma crítica ao processo do Paais de que ele atende um perfil específico de escolas públicas [técnicas e militares], que são conhecidos como colégios de elite [entre os da rede pública]”, avaliou o professor, que integra o grupo de trabalho sobre cotas criado pela reitoria.

De acordo com Oliveira, o percentual de pretos, pardos e indígenas está próximo da meta de 35% entre as vagas reservadas para alunos de escolas públicas. O patamar deste ano ficou em 32,4%, um leve recuo em relação ao ano passado, quando o índice ficou em 33,9%. “É importante ressaltar que, em alguns cursos, simplesmente não há demanda”, declarou. Este é um dos pontos criticados pela Frente Pró-cotas da Unicamp, formada por estudantes. Segundo comunicado do grupo, ao considerar o percentual de 35% das vagas já reservadas no Paais, a universidade estaria destinando 17,5% para este segmento. “É a metade da proporção das populações negra e indígena do estado”.

Debate

O grupo de trabalho sobre cotas criado pela reitoria promoveu audiências públicas no ano passado e apresentou relatório em que indica a necessidade de adoção de ações afirmativas na universidade. O texto mantém aspectos do Paais, mas propõe a reserva de vagas para estudantes pretos e pardos com percentual de 18,6% das vagas disputadas por estudantes de escolas públicas e o mesmo percentual da ampla concorrência, totalizando 37,2% das vagas para negros. Para indígenas, a proposta é reservar duas vagas em todos os cursos e por turno, em um vestibular próprio.

O indicativo é que os departamentos discutam a proposta para uma decisão na reunião do Conselho Universitário no final de maio.

Pós-graduação

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), do qual o Departamento de Sociologia faz parte, foi pioneiro na universidade em adotar o sistema de cotas na pós-graduação. Medeiros destaca que a experiência tem sido avaliada de forma muito positiva. “Entraram novos projetos de pesquisa na pós-graduação, com temas que não costumavam frequentar ou que há algum tempo não apareciam”, apontou. Além disso, ampliou-se o número de alunos de outros estados. “Houve uma renovação de uma agenda de pesquisa que é absolutamente importante para o desenvolvimento científico”, acrescentou.

O professor disse ainda que a iniciativa impulsionou outros departamentos a fazerem esse debate. “Há um movimento geral na sociedade e um movimento crescente no interior da universidade para que haja debate e eventualmente implementação da reserva de vagas para negros e indígenas, visando o aumento da diversidade e a complexificação da visão de mundo científico”, apontou. Como exemplo de que o debate tem avançado, ele lembrou da aprovação da reserva de vagas para negros e indígenas na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), uma das mais tradicionais do país, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Camila Maciel - Repórter da Agência Brasil
Edição: Amanda Cieglinski